

Copyright © 2010 by Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pelo detentor do direito autoral, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 Internacional, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

TEXTOS BÁSICOS DO

CIGGA



**CARTOGRAFIA ÉTNICA
EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA
INFORMAÇÃO ESPACIAL
PLANEJAMENTO TERRITORIAL
GEOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA**

CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ano 1- Número 1 - 2010

Brasília - Distrito Federal - Brasil



**A África brasileira
população e territorialidade**

Copyright © 2010 by Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Pesquisa Geográfica e Projeto Cartográfico: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Projeto Gráfico: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos e José Miguel dos Santos

Fotolitos e Impressão: Cespe - UnB

Revisão: Rafael Farias

Tradução Inglês: Fabiana Moreira

Edição - Parceria: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) - UnB, Mapas Editora & Consultoria, Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) - UnB, Decanato de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação - UnB, Programa de Pós-Graduação em Geografia - UnB.

Capa: Fotografia Prof. Rafael Sanzio - Habitação quilombola no território Kalunga - Goiás, 2007.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito do autor.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A599 Anjos, Rafael Sanzio Araújo dos
O Brasil Africano: Geografia e Territorialidade
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Brasília : CIGA - Cespe -
UnB, 2010.

52 p.:il.

Textos em português e inglês. Contém vários mapas temáticos em escalas variadas e documentação fotográfica.

1. Geografia Afro-Brasileira. 2. População de Matriz Africana. 3. Historiografia Afro-Brasileira. 4. Geografia da África. I. Título.

CDU 9811.035 EE

Impresso no Brasil

Apresentação

A intenção de publicar é uma referência permanente dentro das demandas do Projeto Geografia Afro-Brasileira: Educação e Planejamento do Território e Dinâmica Territorial. Esses Textos Básicos do CIGA que iniciamos nesta oportunidade, significa de forma concreta, um novo momento no processo de difusão e popularização dos conhecimentos gerados nos estudos desenvolvidos no nosso Centro de Pesquisa. Dessa forma, nos resta agradecer aos parceiros e parceiras, por mais esta possibilidade que nos é permitida.

Brasília, 7 de janeiro de 2009



Source: *Journal of Latin American Studies*, 37(1), 2005, p. 100. Salvador - Bahia, 2005

MESTRE AN...A





A África brasileira: população e territorialidade*

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos**

* Este artigo é parte das Conferências: Matrizes Africanas do Território Brasileiro, promovidas pelas Embaixadas do Brasil na República Democrática do Congo (Kinshasa) e em Angola (Luanda), realizadas em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e o Museu Real da África Central (Bélgica), em julho-agosto de 2008.

** Geógrafo (IG-UFBA), Especialista em Sensoriamento Remoto (UNESP), Mestre em Planejamento Urbano (FAU-UnB), Doutor em Informações Espaciais (EPUSP-BR/IRD-FR), Pós-doutorado em Cartografia Étnica (MRAC-TERVUREN-BE), Prof. Associado do Departamento de Geografia, Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília (UnB) - E-mail: quilombo@unb.br



Resumo: Uma das questões estruturais relacionada à cultura africana no Brasil que continua merecendo investigação e conhecimento, está relacionada aos aspectos historiográficos e geográficos da formação e distribuição da população de matriz africana no território brasileiro. Configura-se a necessidade de recuperação e resgate dos fragmentos de informações e referências espaciais que possam permitir a construção de um outro perfil das culturas africanas e da população afro-brasileira no desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, este *paper* visa auxiliar na ampliação das informações e do conhecimento sobre aspectos das expressões no território das matrizes de origem africanas que interferiram e/ou interferem na distribuição da população de referência africana no país e na formação do território brasileiro. A geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade da população. Utilizamos como ferramenta básica de trabalho os recursos das imagens cartográficas e fotográficas, pelas suas possibilidades de serem eficientes no processo de conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos e contemporâneos. A questão do desconhecimento da população brasileira contemporânea, no que se refere ao continente africano, é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país, assim como, a criação no setor decisório, das condições necessárias para a implementação de políticas públicas mais articuladas e com eficácia. Este trabalho faz parte de uma das etapas concluídas no Projeto Geografia Afro-Brasileira: Educação e Planejamento do Território, em desenvolvimento no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (CIGA-UnB).

Palavras Chave: Geografia Afro-Brasileira, Território Étnico, População de Matriz Africana, Cartografia Africana, Ciclos Econômicos Coloniais, Diáspora África-Brasil.

Introdução

O Brasil é antes de tudo, um país de dimensões continentais, com uma historicidade em processo de reconstrução, uma diversidade étnica com conflitos, uma estrutura política complexa, com extensas paisagens geográficas, diferentes níveis de transformação e alteração territorial e com o desafio de assumir decisivamente a nação multicultural que formamos. Estes são pontos estruturais que preconizam a busca de equilíbrio na sua sociedade e no seu território e sobretudo, um tratamento ético. Por isso mesmo, se faz necessário, interpretações mais amplas das suas formas de organização, principalmente os elementos essenciais da sua real historiografia, das suas identidades territoriais e dos componentes da sua pluralidade racial.

Nesse sentido, a terra, o terreiro, o território e a territorialidade assumem grande importância dentro da temática da pluralidade cultural brasileira, no seu processo de ensino, planejamento e gestão. Principalmente no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional. Preconizamos, que é possível apontar as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, um contato com um Brasil de matriz territorial complexa, multifacetada, cuja população não está devidamente conhecida, nem valorizada e que não pode ser interpretada de maneira simplista.

Podemos apontar as matrizes africanas presentes no país como a referência cultural e étnica mais marcante na formação da nossa população e do nosso território. A incorporação verdadeira, o respeito e o espaço da cultura africana no Brasil continua sendo uma das suas questões estruturais, que ainda merece investigação, conhecimento e ação, ou seja, alcançar o direito efetivo de uma participação plena na vida nacional. Nesse sentido, as demandas para compreensão das complexidades da

dinâmica da nossa sociedade são grandes e existem poucas disciplinas melhor colocadas do que a geografia e a cartografia para auxiliar na representação e interpretação das inúmeras indagações desse momento histórico.

Nesse *paper* buscamos auxiliar na ampliação das reflexões sobre os aspectos da distribuição da população de matriz africana e seu reatamento na formação do território brasileiro. Este trabalho faz parte de uma das etapas operacionalizadas no Projeto Geografia Afro-Brasileira, que está sendo desenvolvido no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Com essas referências buscamos contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que o conhecimento da população brasileira, a educação geográfica étnica e a questão racial no Brasil sejam tratados com mais seriedade.

O Espaço Geográfico, a Cartografia, o Território Étnico e a África

A geografia é a ciência do território e este componente fundamental, a terra num sentido amplo continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta às marcas da historicidade espacial do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. Não podemos perder de vista que é essa a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. A geografia é portanto, uma disciplina fundamental na



Foto: Prof. Rafael Sarracê Araújo dos Anjos, Banco Quilombola, Itocorrana, maio, 2007.

formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial.

O território é na sua essência um fato físico, político, social, econômico, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e geralmente a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os

conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política-social-econômica-territorial.

Os mapas por sua vez, são as representações gráficas do mundo real e se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se

cada vez mais imprescindíveis, por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas. É importante lembrar que um mapa não é o território, mas que nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do espaço, ou seja, os dados geográficos se tornam mais significativos e possibilitam construções analíticas mais completas quando observados num contexto espacial, assim como, a ferramenta cartográfica constitui um meio poderoso e eficaz no vasto universo da comunicação visual da informação geográfica.

O território africano, componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel da população de ascendência africana na sociedade brasileira, não pode deixar de ser entendido como um espaço produzido pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades, contradições e apropriação que esta e outras sociedades fizeram, e ainda fazem, dos recursos da natureza. As populações do hemisfério norte e seu processo de dominação e exploração do continente a partir do século XV, acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador e ocupadas por homens ditos "indolentes". Essa "geografia da imagem e da dominação justificada dos trópicos" foi sendo ampliada e não considerava os processos históricos como fatores modeladores da organização social e política, mesmo diante dos elementos da natureza. Um dos efeitos políticos da distorção e da invisibilidade da África nas estratégias do sistema dominante é lugar insignificante e secundário que foi dedicado à sua historiografia em todas as histórias da humanidade. As matrizes culturais e tecnológicas do continente africano foram as mais comprometidas pelo racionalismo científico e as estratégias de dominação, ocultação e apropriação dos saberes ainda são contextos não resolvidos neste início de

século XXI.

Tratar da diversidade cultural brasileira num contexto geográfico e cartográfico, visa portanto, reconhecer, representar e superar a discriminação aqui existente é ter uma atuação sobre um dos mecanismos estruturais da exclusão social, componente básico para caminhar na direção de uma sociedade mais democrática, na qual as populações de ascendência africana no Brasil, principalmente, se sintam e sejam, de fato, brasileiros. Isto porque, uma parte significativa desse contingente populacional não se sente pertencente ao Brasil, devido à tamanha exclusão. Este ponto, trataremos brevemente no item a seguir.

A Falta de Pertencimento Territorial da População Afro-Brasileira - Algumas Questões

No Brasil, onde a questão da cidadania é, geralmente limitada, mutilada, a situação da população afro-brasileira é emblemática. Alguns aspectos geográficos merecem atenção nesta questão secular. Primeiro, a referência que o sistema brasileiro tem induzido ao longo dos tempos, de maneira explícita e as vezes de forma subliminar, de que o território da população afro-brasileira é do outro lado do Oceano Atlântico, na África, como se aqui não fosse o seu lugar. Não tivesse o direito de ter terras e nem referência de identidade territorial aqui. O país tem se declarado oficialmente europeu e essa estratégia de negar os componentes africano e indígena é uma forma de registro do desinteresse pelos problemas do preconceito, da tentativa de inferiorização, da exclusão secular no sistema dominante e os pontos não são tratados eticamente.

Importante lembrarmos que o tráfico de seres humanos da África para o Novo Mundo foi durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rendosas atividades dos negociantes europeus, a tal ponto, de se tornar impossível precisar os números dos

africanos e africanas, retirados dos seus habitats, com suas bagagens culturais, a fim de serem incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade econômica e social. As pesquisas divergem-se, atualmente, sobre as estatísticas do período desta diáspora africana. É consenso na comunidade científica, entretanto, de que a dinâmica do tráfico trouxe problemas de despovoamento em numerosas áreas do continente. A barreira das condições ambientais e a resistência das populações africanas à desestruturação de suas sociedades vão impor níveis diferenciados no território atingido pela retirada de populações para serem escravizadas. O Mapa 1 mostra a extensão do território atingido pela dinâmica do tráfico e os diferentes gradientes de

intensidade de retiradas de populações. Uma das questões de fundo que o documento cartográfico suscita é a seguinte: para onde se deslocaram tantos componentes das sociedades e estados políticos que foram desestruturados? O Gráfico 1 mostra uma estimativa dos povos africanos desembarcados nos principais portos de diferentes regiões do mundo. Pelo menos dois aspectos são significativos de observação nos números representados:

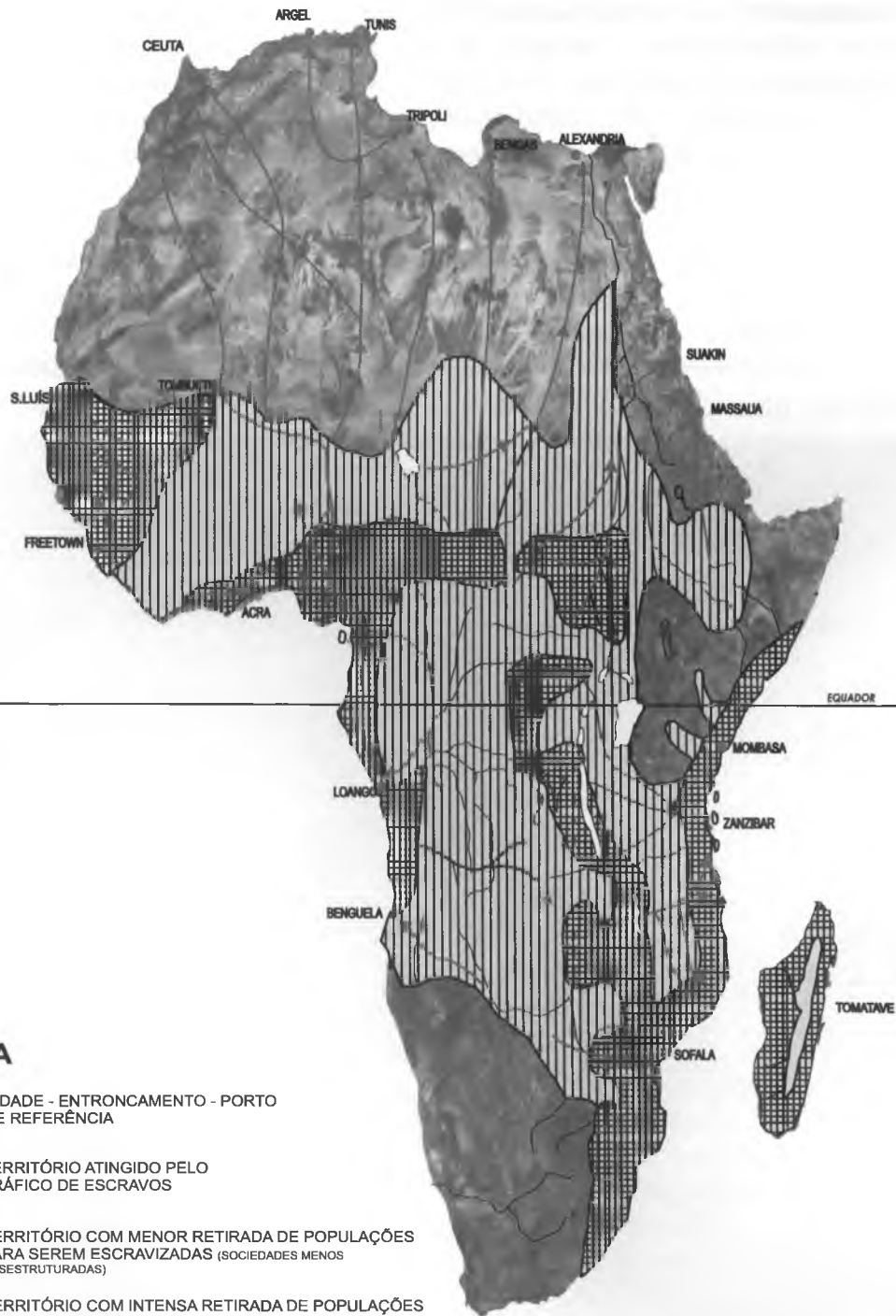
1. O Brasil apresenta a maior estatística, ultrapassando a casa dos quatro milhões de seres humanos transportados, fato que possibilita entender porque este foi o território, mais acabadamente escravista e por sua vez, o de maior extensão racista;








MAPA 1

ÁFRICA

EXTENSÃO DOS TRATADOS TERRITORIAIS DO SISTEMA ESCRAVISTA E SUAS PRINCIPAIS ROTAS INTERNAS (SEC. XV - XVIII)



LEGENDA

-  CIDADE - ENTRONCAMENTO - PORTO DE REFERÊNCIA
-  TERRITÓRIO ATINGIDO PELO TRÁFICO DE ESCRAVOS
-  TERRITÓRIO COM MENOR RETIRADA DE POPULAÇÕES PARA SEREM ESCRAVIZADAS (SOCIEDADES MENOS DESESTRUTURADAS)
-  TERRITÓRIO COM INTENSA RETIRADA DE POPULAÇÕES PARA SEREM ESCRAVIZADAS
-  PRINCIPAIS ROTAS DO TRÁFICO DO INTERIOR PARA O LITORAL (DE SERES HUMANOS E DA CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRODUTOS TROPICAIS)

0 500 1000 1500 Km

REFERÊNCIA
ESPACIAL



Fotografia anônima: Homens Bantus - Região de Matadi - Baixo Congo, anterior a 1908. Coleção MRAC Tervuren. HP. 1938.934.3-3.

2. Os franceses, os espanhóis e os britânicos, povos europeus de influência e pressão marcante no sistema escravista na América estão com dados em torno de 1,6 milhão de africanos desembarcados. É evidente que o Brasil português incomodava pela dimensão territorial, o contingente populacional mobilizado e a diversidade da dinâmica comercial.

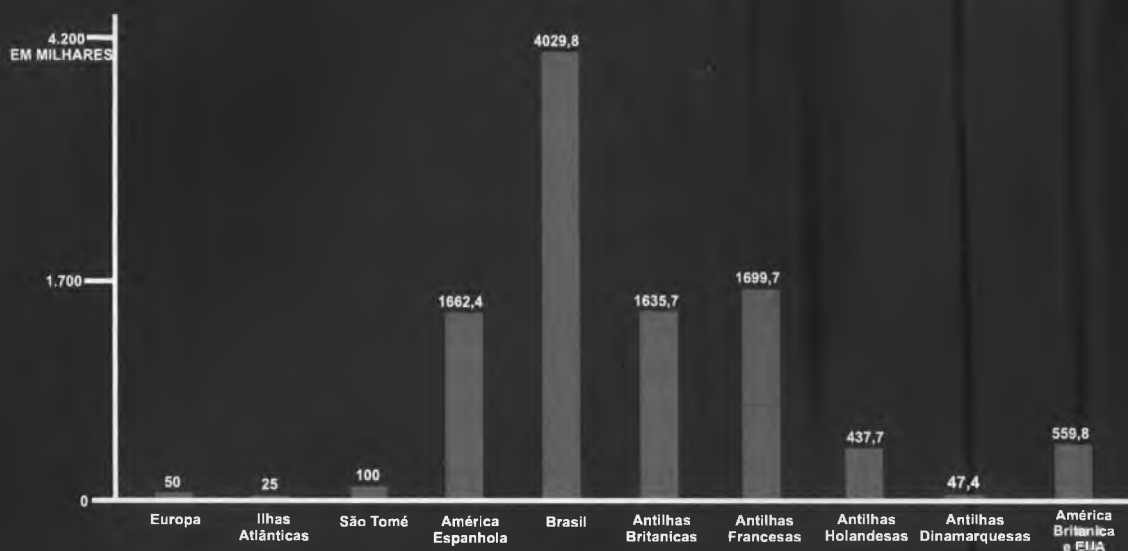
Lutas sangrentas, violência, situações completamente novas de deslocamentos e adaptações, morte e crueldade, tudo isso concorreu para os efeitos multiplicadores do grande negócio que foi o tráfico de populações africanas, tais como o crescimento da indústria naval, da indústria bélica, da agricultura, da mineração, da atividade financeira, fechando o ciclo da acumulação primitiva de capital.

O conceito geográfico de diáspora tem ligação com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e

tecnológicas. Ao longo das histórias da humanidade podemos identificar a construção de territórios pela mobilidade das migrações, tanto de forma voluntária, quanto das migrações forçadas. Na África, podemos identificar alguns desses grandes movimentos demográficos, a começar pela primeira diáspora, que corresponde ao processo espacial milenar de povoamento e ocupação do próprio continente e posteriormente para outras terras emersas do mundo. O fenômeno geográfico que abordamos, nesta oportunidade, está ligado aos séculos do tráfico negreiro para a América, fruto de longos períodos de migração forçada do continente africano, contexto propulsor do sistema escravista e base fundamental do capitalismo primitivo.

O continente africano foi, ao longo de quatro séculos, o centro das atenções mundiais, da cobiça aos recursos minerais, da apropriação dos conhecimentos, da acumulação de capitais e da desestruturação das sociedades e do Estado. Esse jogo de trocas estabelecido imprimiu relações

GRÁFICO 1
ESTIMATIVA DO NÚMERO DE AFRICANOS DESEMBARCADOS EM VÁRIAS REGIÕES DO MUNDO - SÉCULOS XV, XVI, XVII, XVIII E XIX -



Elaboração: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica - CIGA / Universidade de Brasília - Brasil © Projeto Gráfico by Geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos. E-mail: ciga@unb.br Projeto Geografia Afro-Brasileira. CIGA - UnB. Auxiliar Técnica: Fabiana de Oliveira Hessel / Rafael Farias da Silva - Brasília - DF - 2005 - Fonte: Baseadas nas tabelas de Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade - A Census*, revistas por David Eltis, *Economic Growth and the ending of the transatlantic slave trade para o período 1781 -1870.*

precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e estrategicamente, a distribuição das populações africanas dos seus diferentes reinos e nações foi realizada indiscriminadamente nos territórios da América. Rapidamente os mercados transatlânticos se tornam mais importantes do que as antigas rotas dos mercados transaarianos (floresta-savana-deserto), por onde passavam e desaguavam o ouro, a cola e o africano escravizado. Esta rota se tornou secundária diante da força da ligação savana-floresta-praias.

Nas respostas territoriais da dinâmica do tráfico por quase quatro séculos, o Brasil aparece com alguns destaques: foi o país contemporâneo de maior importação de populações africanas e registro de quilombos (antigos e territórios étnicos atuais); foi a nação na América do Sul que continuou impondo o sistema escravocrata, mesmo depois da independência de Portugal (66 anos) e um dos últimos Estados a sair do regime escravista (ver o Mapa 2).

A extensão dos impérios africanos e a intensidade do comércio de povos da África, ao longo dos séculos da diáspora, nos apontam para uma dimensão ampla e de difícil reconstituição que é a caracterização etnográfica dos africanos e seus descendentes no Brasil. São trazidos para constituir a formação do território brasileiro, seres humanos do tipo: Minas, Congos, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Uruás, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, dentre muitos outros. Possibilitaram o que podemos simplesmente denominar de povos africanos no Brasil, afro-brasileiros, brasileiros de matriz africana ou população de ascendência africana. Com estas denominações está escondida ou embutida uma riqueza tipológica, ainda não devidamente estudada e nem quantificada.

O Brasil sabe com clareza que no período entre 1871 e 1920, 3.390.000 imigrantes europeus chegaram ao país, dos quais 1.373.000 eram italianos, 901.000 portugueses e 500.000 espanhóis. É importante notar que esse número se

aproxima dos quase 4.000.000 africanos que foram retirados de seu habitat natural e trazidos para o Brasil oficialmente entre 1520 e 1850. Isto porque, as referências espaciais, temporais e quantitativas do período clandestino do tráfico, ainda estão para serem caracterizados pela historiografia brasileira, portanto, temos uma das questões estruturais do país. As grandes referências espaciais e temporais e os documentos pontuais não atendem mais às demandas do povo brasileiro de origem africana, que requerem respostas mais plausíveis e precisas.

Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população brasileira de matriz africana, com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial. Colocar para esse contingente que os seus antepassados foram “trazidos” do continente africano é vago, sem consistência, desrespeitoso, quando se trata de um espaço com 30.277.467 Km², o terceiro continente em extensão territorial do mundo e constituído por centenas de antigos reinos, impérios e grupos étnicos desconhecidos da historiografia oficial do país. Esta demanda secular, que possibilitaria uma ligação espacial mais referenciada, mais precisa na África, continua sem resposta satisfatória e nem perspectiva de solução. Este contexto estrutural de fragilidade na unidade nacional traz uma outra questão pouco tocada que seria o processo de solicitação de dupla cidadania da população de origem africana no Brasil? Quais e quantos brasileiros e brasileiras poderiam solicitar esta possibilidade de alargamento das suas referências familiares e de ancestralidade? A nação ainda não tem como responder a estas indagações relevantes que permanecem “silenciosas” no bojo do sistema dominante.

Importante não perdermos de vista, que vários setores da população brasileira continuam sendo vítimas de discriminação e preconceitos de toda a ordem. Entre os tipos de discriminação, a étnica que atinge particularmente o contingente de ascendência

A ÁFRICA, A AMÉRICA, A EUROPA

- ALGUMAS REFERÊNCIAS ESPACIAIS



EUROPA








AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS

BRASIL

EQUADOR

LEGENDA

-  PAÍS DE MAIOR IMPORTAÇÃO DE POPULAÇÕES AFRICANAS E REGISTROS DE QUILOMBOS
-  PAÍSES QUE CONTINUARAM ESCRAVISTAS MESMO DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA (BRASIL - 66 ANOS USA - 90 ANOS)
-  PAÍS COM REGISTRO DO SISTEMA ESCRAVISTA E DE TERRITÓRIOS DE QUILOMBOS
-  CONTINENTE DESESTRUTURADO TERRITORIALMENTE PELO TRÁFICO - CONFLITOS DE FRONTEIRAS (ETNICAS - ANTIGOS REINOS - LIMITES EUROPEUS - IMPERIALISMO)
-  PRINCIPAIS PAÍSES ENRIQUECIDOS PELA ECONOMIA E DINÂMICA DO TRÁFICO
-  ÚLTIMOS PAÍSES A SAIR DO SISTEMA ESCRAVISTA (REGISTROS DE TRÁFICO CLANDESTINO)
-  FRONTEIRAS POLÍTICAS ATUAIS DOS PAÍSES

ÁFRICA E O SISTEMA ESCRAVISTA

DO PROCESSO SECULAR DE DOMINAÇÃO -



africana no país, é sem dúvida a de maior extensão social e territorial, devido à grande expressão demográfica. Os problemas se revelam já quando se quer saber qual o número real de “negros” e “negras” ou da população de ancestralidade da África presentes no Brasil. A palavra “negro” foi uma invenção do colonialismo, do sistema escravista, da retirada de seres humanos do continente africano denominado “tráfico negreiro”. Secularmente, ficou associado a um significado pejorativo, de algo ruim, que não é humano, mas relacionado a animal. Esse é um ponto de reflexão e correção histórica necessária e que requer uma ação política e educacional consequente, até porque, está incorporado de forma consistente no pensamento social brasileiro. Se não fossem os negreiros e seus navios, comerciantes de populações escravizadas no continente africano, não existiria os “negros”, tratados como mercadoria. Daí vem a “invenção” e promoção do engano secular denominado “raça negra”.

Um dos problemas estruturais que dificultam a identificação e a quantificação da população afro-brasileira está nessa mentalidade preconceituosa, está na falta de informações básicas que contaminam o pensamento social coletivo da população brasileira. Um dos grandes danos dessa problemática é a hipocrisia permanente e o não tratamento do assunto de forma adequada e sistêmica.

Algumas considerações em torno da expressão espacial da população afro-brasileira são tratadas no item seguinte.

O espaço contemporâneo da população de ascendência africana no Brasil

A questão demográfica do “Brasil africano” tem ficado historicamente sem resposta adequada, por um conjunto complexo de fatores. Um dos estruturais está relacionado aos critérios de aferição racial oficiais, que levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afro-brasileira que integram o país. O Instituto Brasileiro de



Projeto PIVF - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Políticas, Rio de Janeiro, RJ, 1997. (11)

Geografia e Estatística (IBGE), principal organismo responsável pela produção e divulgação das informações demográficas da nação, ainda tem agrupado os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declararem e os “outros” ficam classificados como pardos.

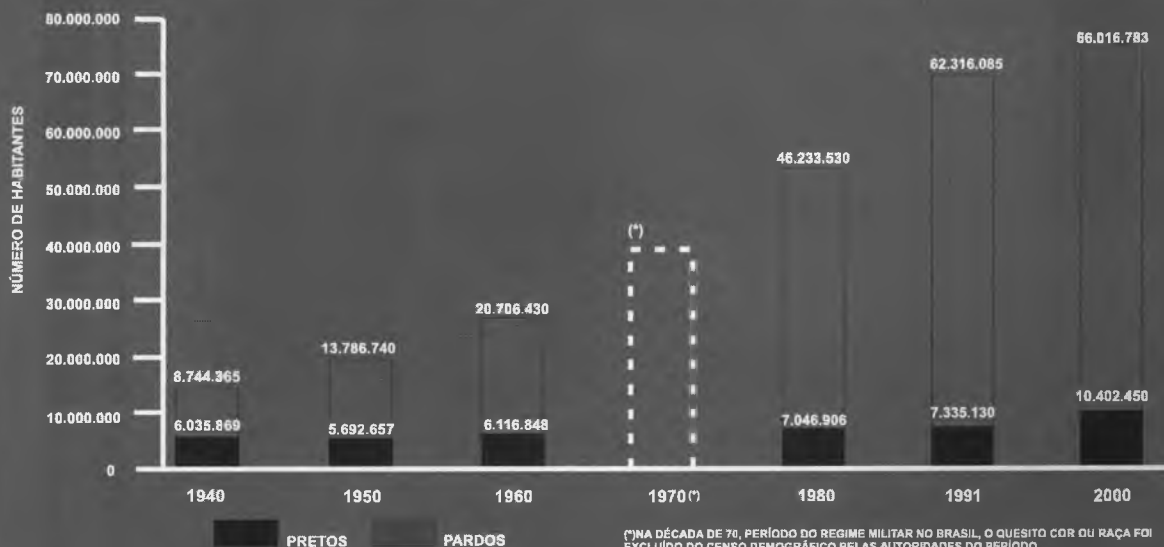
A história recente dos censos realizados no território brasileiro reconstitui muito bem, a negação e minimização da população de ascendência na África existente no país. O Gráfico 2 que mostra a evolução da população “preta” e “parda” recenseada de 1940 a 2000, um dos aspectos mais relevantes constatados são os seguinte: primeiro, a discrepância entre os números sempre crescentes do contingente “pardo” ao longo das décadas e os pequenos acréscimos dos registros de “pretos”, com uma ocorrência de decréscimo (1940-1950), evidenciando que a expansão demográfica da população denominada “preta” apresenta problemas para evoluir, ao contrário dos “pardos”, cujas estatísticas históricas são de números significativos. Outro componente relevante evidenciado na representação gráfica é a década de 1970,

que não foram pesquisados e nem computado os dados das distintas matrizes étnicas existentes no Brasil. Dessa forma, a série histórica dos dados fica comprometida pela inexistência das informações, fato que reintera o processo de exclusão social instaurado no sistema oficial brasileiro.

Uma parte do contingente demográfico informado e desinformado no Brasil, geralmente sem identidade firmada e profundamente divididos nas suas referências individuais e familiares, se registram no recenseamento como “pardos” ou “brancos”. A continuidade de uma postura do país de se “mostrar”, de ser representado e de ser valorizado a partir das referências europeias constitui um dos componentes estruturais da negação das outras matrizes culturais existentes. Seria uma forma consciente ou não de ser aceito ou inserido no sistema dominante, ou seja, de se sentir “dentro” de uma fronteira social explícita dos incluídos e “excluídos” do sistema dominante.

O Mapa 03 (ANJOS, 2005), que não pretende retratar a complexidade da presença da população afro-brasileira, mostra apenas a expressão espacial quantitativa recenseada

GRÁFICO 2
MONITORAMENTO DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO CARACTERIZADA COMO PRETA E COMO PARDA PELO IBGE - BRASIL. 1940 - 2000



Elaboração: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica - CIGA / Universidade de Brasília - Brasil © Projeto Gráfico by Geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos. E-mail: quilombo@unb.br - Projeto Geografia Afro-Brasileira. CIGA - UnB. Auxiliar Técnica: Fabiana de Oliveira Hessel / Rafael Farias da Silva - Brasília - DF - 2006 - Fonte: SIDRA - IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000. / Silva, A. L. The Akwe-xavante in history at the end of the 20 century. In Journal of Latin American Anthropology. 2000. USA.

como “preta” no último Censo Demográfico realizado (2000-IBGE). O documento cartográfico, mesmo com dados de quase 10 (dez) anos passados, nos revela uma distribuição expressiva dessa população no país, destacando principalmente que o Brasil urbano, peri-urbano e rural é significativamente africano.

O grande contingente populacional registrado nas cidades de Salvador, Recife, São Luís, Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como, a concentração na faixa litorânea brasileira são configurações espaciais que reafirmam a presença da população de ascendência africana na estruturação do território, principalmente nas extensões onde vão se desenvolver os grandes ciclos econômicos. É relevante lembrar que o desenvolvimento das atividades de produção de produtos tropicais no sistema colonial foram impulsionados com as tecnologias dos trópicos de referência africana e operacionalizados com a mão-de-obra de populações da África e de seus descendentes. Todo um processo de estruturação do espaço geográfico brasileiro se processará com a formação de redes de cidades e de sistemas de circulação (viária e ferroviária) oriundos das dinâmicas econômicas do capitalismo primitivo.

Não podemos perder de vista que a forma como o sistema nacional lida com a população de referência africana é na verdade a maneira como lida consigo mesmo enquanto país: negando a sua riqueza humana e cultural; não assumindo a sua verdadeira identidade; negligenciando o trabalho realizado por outras matrizes étnicas; sentindo-se superior, mas profundamente dependente; revelando uma imagem que não corresponde a realidade; vivendo, portanto, de aparência. Existe porém, um atraso na mentalidade coletiva e das elites seculares, um equívoco nacional, isto porque o Brasil não precisa mais assumir o racismo como estratégia para manutenção do poder histórico.

Se fizermos uma simulação e juntarmos as populações recenseadas pelo IBGE como “preta” e “parda” do Brasil no ano 2000, teremos 69.649.861 habitantes (47% do

contingente nacional). Importante lembrar o ditado popular: “de noite todos os gatos são pardos”. Ou seja, associado ao “pardo” esta a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral em síntese da sua territorialidade. São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente, que não existe ainda, um lugar definido na estrutura social do país. Por ser um contingente populacional oriundo de um processo secular de “mistura” étnica, as relações de valor que foram associados, sistematicamente, aos povos europeus, como o “modelo” de referência e aceito pelo sistema dominante, imprimem vários desajustes nas formas de pensar, de se inserir e de se enquadrar na sociedade brasileira.

Existem evidências de que o contingente populacional brasileiro de matriz africana não é minoria e essa é mais uma estratégia do sistema de classificar os grupos discriminados de minorias, supondo que estes atingem um número de pessoas menor que o de fato, utilizando-se de artifícios numéricos. Se assumirmos que a população considerada como “parda” nesse Censo é de fato uma população mestiça que tem graus diferenciados de ascendência africana, ficará evidente que a população afro-brasileira não é minoria. A representação cartográfica do Mapa 4 (ANJOS, 2005) revela esta significativa expressão quantitativa a uma constatação espacial de que o Brasil é um país de essência na África e somente quem não conhece o continente africano pode ignorar o quanto há de “Áfricas” em cada um de nós, na nossa essência, no nosso ser humano.

Este é um momento oportuno para nos perguntarmos: o que seria a Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, o Brasil sem a presença dos povos africanos e seus descendentes? Que configuração territorial de Brasil teríamos sem a presença da África? Como seria a nossa religiosidade? E as práticas medicinais? Os padrões construtivos e de arquitetura? E as formas de atividades agrícolas? Estas são simulações necessárias para a reconstrução de posturas, de conceitos errôneos e

Fotos anônimas: Salvador - Bahia, 1930. Os irmãos: Irene, José Tibúrcio, Nilides Corbiniana e Antônio, filhos de Jacinto Manuel dos Anjos e Clemência Silva dos Anjos. Foto da Coleção da Família Anjos.



MAPA 03

BRASIL DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO CARACTERIZADA COMO PRETA POR MUNICÍPIO - IBGE - CENSO 2000



impressões cristalizadas da nossa sociedade e do território brasileiro. No “fundo” o que não podemos perder de vista é que o Brasil é o que é, porque teve e tem as referências africanas marcadas, irreversivelmente no seu espaço geográfico, na sua população e, sobretudo, na sua cultura.

Apesar da política de “branqueamento” desenhado para o Brasil e implementada no final do século XIX e início do século XX, onde os asiáticos, chineses e africanos eram considerados seres inferiores, as respostas dos mapas nos mostram a constatação do mosaico demográfico afro-brasileiro que construiu a estrutura territorial, social e econômica do país, sem privilégios e nem oportunidades.

As estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação com população de ascendência africana do planeta e é com relação a esse contingente que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica. Nos piores lugares da sociedade e do território, com raras exceções, estão as populações afro-brasileiras.

Numa grande cidade brasileira é possível verificar, sem consultar estatísticas sofisticadas, a segregação sócio-espacial evidente, como por exemplo: quem é o homem – mulher que pede esmola no sinal de trânsito? Qual o aspecto do ser humano que dorme na rua ou no metrô? Qual a referência da criança caracterizada como menino ou menina de rua, ocorrente no espaço urbano do país? Qual o perfil do morador, da moradora da “favela” brasileira? Quais as condições do transporte coletivo que se direciona para a periferia das cidades? Como é o cidadão que vai neste ônibus ou trem? Estes lugares da sociedade são ocupados, predominantemente, por populações afro-brasileira e num país onde quase 50% do seu contingente populacional oficial é de matriz africana, constatamos que estamos diante de um problema estrutural da nação. Nos espaços de ocupação privilegiada e de valorização existe um outro extrato social e uma outra referência étnica.

Não é possível mais esconder que temos diferenças sociais, econômicas, territoriais

seculares e estruturais, para as quais os “remédios” ainda estão chegando e os assuntos são empurrados para um outro dia, para a próxima semana, no mês que vem, para o próximo ano ou para o governo seguinte, que nunca chega. E os séculos estão passando!

Dessa maneira, ser descendente do continente africano no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido. É uma luta secular contra a exclusão territorial, social e econômica.

Conclusões e Recomendações

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- A questão do desconhecimento da população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais agressiva e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. O brasileiro não pode mais ficar achando que a África é um país; nem tão pouco achar que somente existem doenças, seres humanos e culturas primitivas, espaços para safári e animais exóticos, etc. O dano principal dessa informação errônea é auxiliar na manutenção de uma população preconceituosa às referências africanas e ser feita uma associação imediata aos afro-

brasileiros e afro-brasileiras. Este é um ponto estrutural para um processo de mudança, onde o ser humano brasileiro de ascendência africana seja de fato, mais respeitado no sistema. Uma parte grande do problema continua sendo a desinformação, ou seja, a posição da África, geralmente um dos últimos continentes nos compêndios escolares e oficiais, precisa ser alterado;

- Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por

- consequente, a possibilidade de registro oficial de um "Brasil Africano" até então sem evidência. Acreditamos, caso exista prioridade política, que ainda é possível uma revisão dos procedimentos metodológicos dos Censos Demográficos oficiais, que poderia incorporar os avanços já conquistados nas centenas de experiências de Censos Étnicos Escolares já realizados por professores e diretores de escolas da nação. Um componente estrutural neste processo são os programas educacionais de conscientização e esclarecimento das matrizes étnicas de formação e sustentação do Brasil;
- É importante não perder de vista que vivemos o momento histórico de redefinição de uma identidade no



país para os afro-brasileiros. Este processo de inclusão social constitui um desafio para as duas partes: um Brasil “maquiado de Europa” que está sendo pressionado para mudar, para incluir, para reconhecer cidadanias e direitos históricos de outras matrizes culturais e étnicas e do outro lado a “África brasileira”, secularmente excluída, aflorando os seus conflitos internos, buscando formas eficazes de diálogo com o sistema e com o desafio de minorar o “medo” do “Brasil europeu” de que não vamos lhe tomar o Brasil. Podemos conviver com menos hipocrisia, mais respeito pelas diferenças e equilíbrio socioeconômico!

- Acreditamos no processo educacional como um elemento de

transformação e de reconstrução dos conteúdos e informações errôneas, assim como a visibilidade na sociedade civil, como ferramentas para ampliação do conhecimento e minorar o preconceito. Neste sentido, algumas atividades itinerantes como a Exposição Cartográfica: A África, o Brasil e os Territórios dos Quilombos e a Oficina Temática: Matrizes Africanas do Território Brasileiro são eventos educacionais que têm buscado uma maior visibilidade espacial e junto aos educadores e estudantes, para essas questões geográficas estruturais da formação étnica do país. Outro segmento importante são as publicações com toda a documentação cartográfica e historiográfica das comunidades quilombolas (2000, 2005, 2006 e



MAPA 04

BRASIL DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO CARACTERIZADA COMO PRETA E PARDA POR MUNICÍPIO - IBGE - CENSO 2000



2009) e os volumes da Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem (2005 e 2007), que constituem um conjunto de vários mapas temáticos para auxiliar o professor a transmitir informações sobre a Geografia da África e a Geografia Afro-Brasileira. Outras informações do Projeto Geografia Afro-Brasileira e desses produtos podem ser acessadas no site www.unb.br/ih/ciga

- Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, que temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração de forma estrutural das situações das populações do “Brasil Africano”.

Referências Bibliográficas

ANJOS, R. S. A. “A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada”. Revista Humanidades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22): 12-32, 1989.

_____. “A geografia, os negros e a diversidade cultural”. Série O Pensamento Negro em Educação - Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106

_____. “Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil”. Revista Humanidades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9 (47): 87-98, 1999.

_____. “A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. Revista Palmares em

Ação. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC. Ano 1 No.2: 56-66, 2002

_____. “Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2ª. Edição. 2005 – BsB - DF.

_____. “Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – Primeira configuração espacial”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 3ª. Edição. 2005 – BsB – DF.

_____. “Territórios das comunidades quilombolas do Brasil – Segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2005 – BsB – DF.

_____. “A África, a educação brasileira e a geografia”. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal n. 10.639-03. Brasília: MEC-Secad, 2005, p.167-184.

_____. “A geografia, a África e os negros brasileiros”. In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005, p.173-184.

_____. “Geografia, território étnico e quilombos”. In: GOMES, N. L. (org.). Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília: MEC-Secad, 2006, p.81–103.

ANJOS, R.S.A & CYPRIANO, A. “Quilombolas – tradições e cultura da resistência” . Aori Comunicações. Petrobras, 2006. São Paulo, 240 p.”

ANJOS, R.S.A. “Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais”. Mapas Editora & Consultoria. Brasília, 2009, 190p.

CARRIL, L. F. B. “Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil”. AGB Informa no.67. São Paulo, 1997, p. 6-7.

SANTOS, M. Pesquisa reforça preconceito. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1995, Caderno Especial Domingo, p. 8..

